

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever, de ofício, de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório de Administração relativo ao exercício de 2008, as Demonstrações Financeiras dos Planos de Benefícios I e II, e os pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Cenário Macroeconômico de 2008

No ano de 2008, o mundo assistiu à mais brutal reversão de expectativas em décadas. No primeiro semestre, a questão central era a inflação impulsionada pela crescente demanda por commodities, fruto de anos de crescimento contínuo e acelerado, e da expectativa, sempre presente em períodos desse tipo, de que o processo continuaria indefinidamente. No segundo semestre, em agudo contraste, uma crise bancária que nasceu nos Estados Unidos rapidamente se transformou numa crise econômica em escala mundial, trazendo de volta o fantasma de uma depressão, o que não se via desde a crise de 1929.

No Brasil, a partir do terceiro trimestre de 2008, com o aprofundamento da crise mundial, como não poderia deixar de ser, dado o seu grau de inserção nos mercados globais, observou-se também uma reversão abrupta das condições macroeconômicas, inaugurando um período de elevada volatilidade nos mercados financeiro e de capitais, com perdas expressivas para empresas e investidores, além de efeitos bastante negativos para a economia real, com perda de produção e elevação rápida no nível de desemprego.

Esse panorama mostra o grau de dificuldade e os desafios extremos com que, em 2008, se defrontaram os responsáveis pela gestão de recursos de terceiros, sejam eles administradores de fundos de investimento, sejam, em especial, gestores de fundos de pensão, cujo fluxo de compromissos é estável em um mercado que se revelou extremamente volátil.

No âmbito dos fundos de pensão, por exemplo, a Secretaria da Previdência Complementar divulgou que noventa por cento das entidades não atingiram a rentabilidade mínima atuarial em 2008, e que o resultado consolidado das Entidades Fechadas de Previdência Complementar foi de - 1,27% em termos nominais, o que destaca o desempenho do ISBRE, como a seguir se comenta.

Desempenho Econômico - Financeiro

O Patrimônio Consolidado do ISBRE atingiu em 2008, o montante de R\$ 440,0 milhões, sendo R\$ 432,9 milhões correspondentes ao Plano de Benefícios I e R\$ 7,0 milhões ao Plano de Benefícios II, com destaque para a evolução do patrimônio do Plano II, que cresceu 49,2% no período. Esse crescimento expressivo deveu-se não só aos resultados alcançados, mas também à ampliação no número de participantes do plano (crescimento de 19,2%, contra 11,6% em 2007) e ao aumento no volume de contribuições (45,9%).

No que se refere ao desempenho dos investimentos, apesar do ambiente macroeconômico bastante adverso, em especial no segundo semestre, o ISBRE obteve um excelente retorno ponderado pelo risco no investimento dos recursos garantidores dos benefícios, contrastando com o desempenho da grande maioria dos demais fundos de pensão. A rentabilidade bruta global do exercício foi de 13,00%, o que tornou possível a absorção do encargo atuarial do período, de 12,87%.

Do ponto de vista de resultados, o Plano I, apesar do bom desempenho dos investimentos, apresentou um déficit de R\$ 5,5 milhões devido à atualização das provisões para contingências judiciais relativas a ações movidas por participantes desse plano. Com isso, o superávit técnico do Plano I viu-se reduzido a R\$ 14,5 milhões, ou 3,5% do patrimônio acumulado. O Plano II, por sua vez, mostra equilíbrio técnico, o que é de sua natureza, pois, para planos desse tipo (Contribuição Variável), salvo no período de fruição dos benefícios (quando assume as características de um Plano de Benefício Definido), os compromissos atuariais são equivalentes às reservas acumuladas.

Finalmente, cabe registrar que o custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o total das despesas incorridas, administrativas e de investimentos, foi equivalente a 0,54% do Patrimônio Consolidado médio do exercício.

Gestão Previdencial

Em 2008, no Plano I, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 24,5 milhões para 354 grupos familiares, correspondendo a uma população amparada de 1.352 beneficiários, e, no Plano II, para um grupo familiar, composto por três beneficiários.

Com relação ao Plano I, o aspecto mais relevante é o permanente crescimento do número de participantes assistidos em relação ao total de participantes da Fundação. Se em abril de 2006, pela primeira vez na história do ISBRE, o número de assistidos superou o de participantes em atividade, no final de 2008 esse percentual já era de quase 60%, confirmando a maturidade do Plano. Em face disso, as receitas oriundas das contribuições representam hoje menos de 50% dos benefícios pagos, acentuando a importância de se alcançar, consistentemente, a meta atuarial (INPC + 6% a.a.). Ao mesmo tempo, deve ser destacada a relevância das contribuições dos assistidos, que, somadas à contrapartida paritária do Patrocinador, já alcançam 57,9% das receitas de contribuições da Fundação, receitas essas indispensáveis à solvência do Plano. No total, para o montante de R\$ 24,5 milhões em benefícios pagos, a uma receita de contribuições foi de R\$ 13,0 milhões, pouco mais de 50%.

Quanto ao Plano II, cabe destacar a crescente adesão ao plano, indispensável para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 205 participantes, correspondente a uma adesão de cerca de 75% dos funcionários admitidos nas patrocinadoras após 2001. O Plano tem a adesão de 84% dos Analistas de Projetos do BRDE e de 28% do pessoal da carreira de Assistente Administrativo.

Governança Corporativa

A Resolução CGPC nº. 13, promulgada pelo Conselho Gestor da Previdência Complementar em 2004, estabeleceu os padrões mínimos de Governança Corporativa a serem adotados pelas EFPC.

Em 2008, o ISBRE deu continuidade ao aperfeiçoamento do Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles, que combina software e serviços de consultoria, o qual muito tem contribuído para o aperfeiçoamento dos seus sistemas de controles internos, em especial aqueles relativos aos ditos riscos operacionais. Nesse sistema, são revisados todos os processos em uso pelo ISBRE, os riscos neles envolvidos, os controles existentes e os que são necessários. Como resultado desse processo, relatório e sugestões de melhorias foram submetidos aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, os quais aprovaram as ações propostas pela Diretoria Executiva do ISBRE.

Agradecimentos

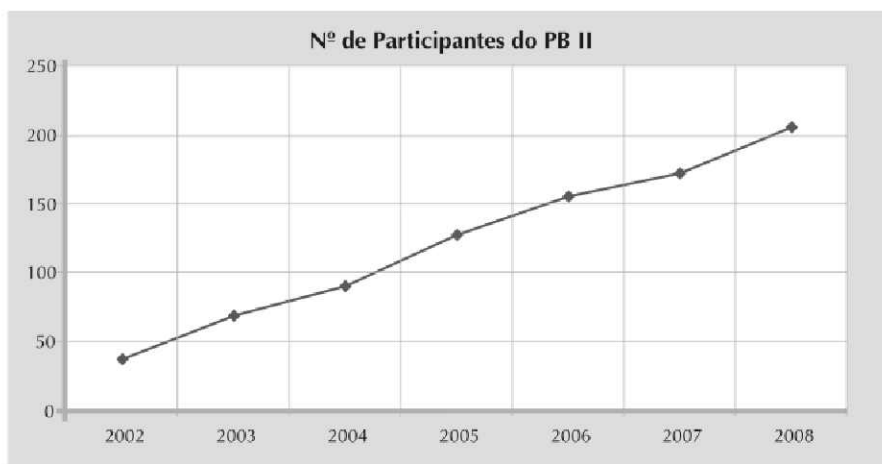
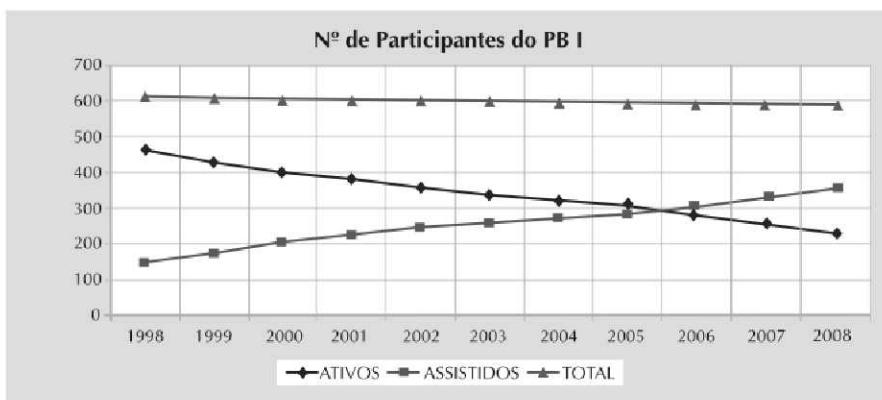
Finalizando, a Diretoria Executiva agradece o apoio e a orientação sempre segura e esclarecida dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e dos membros do Comitê de Investimentos.

Agradece também o apoio comprometido e responsável do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial, e registra – por último, mas não por menos – seu reconhecimento ao empenho e competência dos funcionários do ISBRE, todos também Participantes, fundamentais para atingirmos os resultados alcançados.

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelos Planos de Benefícios

PLANOS	PARTICIPANTES ATIVOS	PARTICIPANTES ASSISTIDOS	DEPENDENTES	TOTAL
PB I	232	354	998	1.584
PB II	205	1	253	459

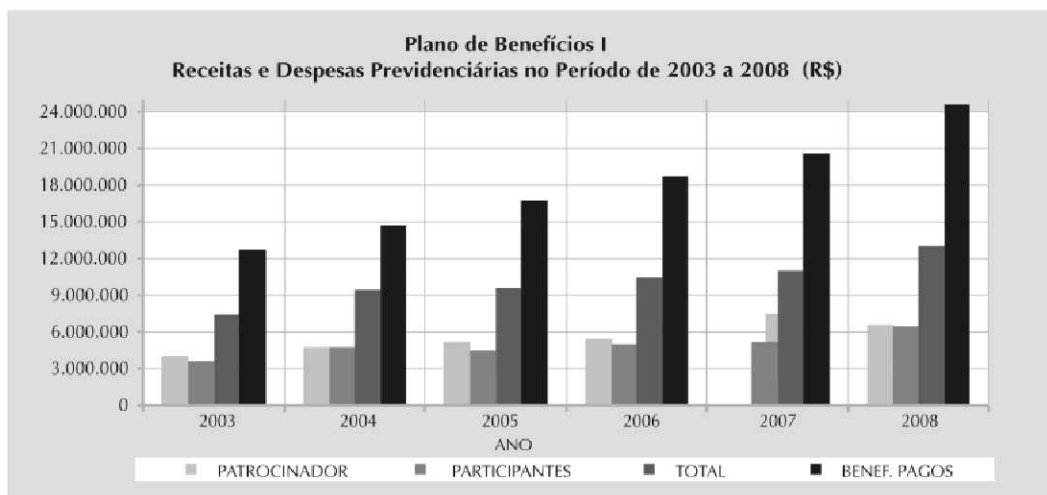


RECEITA CONTRIBUTIVA E BENEFÍCIOS PAGOS - PB I

R\$ mil

ANO	RECEITA CONTRIBUTIVA			BENEFÍCIOS PAGOS	RECEITA CONTRIBUTIVA vs. BENEFÍCIOS PAGOS
	PATROCINADOR (*)	PARTICIPANTES	TOTAL		
2003	3.932,5	3.549,1	7.481,6	12.773,8	58,57%
2004	4.763,6	4.686,3	9.449,9	14.716,5	64,21%
2005	5.169,4	4.462,3	9.631,7	16.710,5	57,64%
2006	5.444,4	4.942,2	10.386,6	18.680,6	55,60%
2007	5.828,7	5.186,5	11.015,2	20.561,6	53,57%
2008	6.569,3	6.389,9	12.959,2	24.536,4	52,82%

(*) A diferença entre a receita de patrocinadores e participantes deve-se, principalmente, ao pagamento pelo patrocinador de parcelas decorrentes do contrato firmado em 30/11/2000 para equacionamento de déficit técnico.

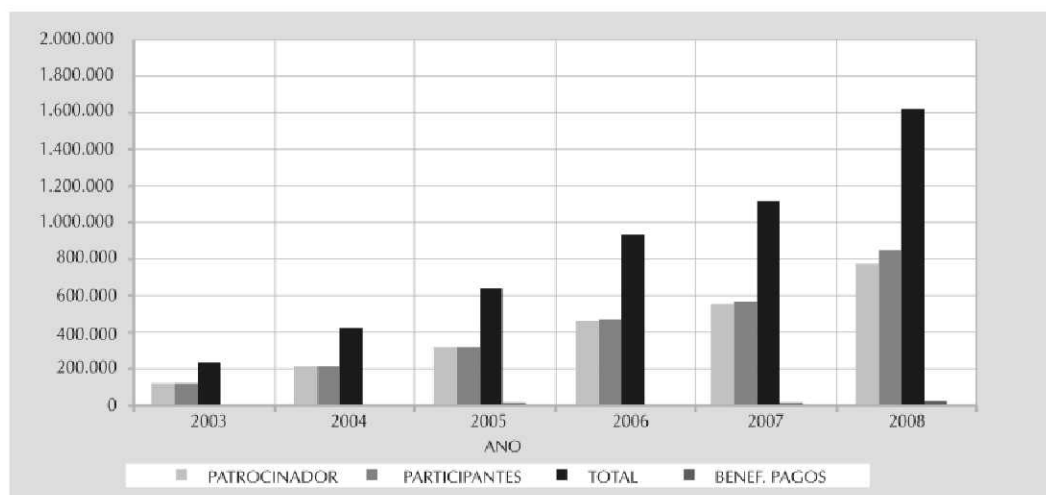


RECEITA CONTRIBUTIVA E BENEFÍCIOS PAGOS - PB II

R\$ mil

ANO	RECEITA CONTRIBUTIVA			BENEFÍCIOS PAGOS
	PATROCINADOR	PARTICIPANTES	TOTAL	
2003	127,7	127,7	255,3	0,0
2004	230,7	230,7	461,4	0,0
2005	350,1	350,7	700,8	12,0
2006	510,5	517,1	1.027,6	0
2007	607,1	620,0	1.227,1	9,2
2008	857,5	932,3	1.789,8	20,0

Plano de Benefícios II
Receitas e Despesas Previdenciárias no Período de 2003 a 2008 (R\$)

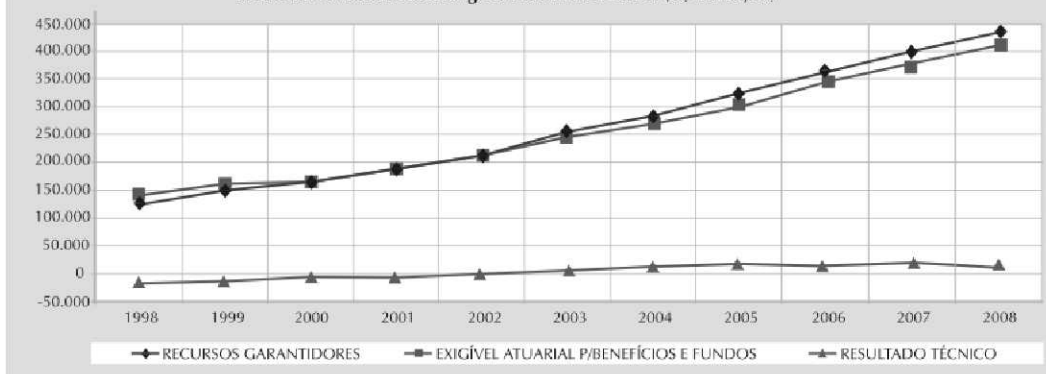


AVALIAÇÃO DOS PLANOS EM 31/12/2008

R\$ mil

PLANOS	FUNDO GARANTIDOR	PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS	RESULTADO TÉCNICO
PB I	427.322,4	412.820,9	14.501,5
PB II	7.039,7	7.039,1	0,6

Plano de Benefícios I
Recursos Garantidores x Exigível Atuarial e Fundos (R\$ 1.000,00)



Despesas com a Administração Previdencial

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2008.

DESPESAS	1º SEM/08	2º SEM/08	ANO
Pessoal e Encargos	383.421,92	427.582,84	811.004,76
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	73.815,88	74.033,36	147.849,24
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	144.611,73	70.718,02	215.329,75
Amortizações e Depreciações	8.555,95	10.225,61	18.781,56
A) Total das Despesas	610.405,48	582.559,83	1.192.965,31
B) Total das Receitas de Contribuições	6.919.042,00	6.467.086,47	13.386.128,47
C) Custo da Administração Previdencial (A/B) *	8,82%	9,01%	8,91%

* Carregamento administrativo, cujo limite legal é 15%.

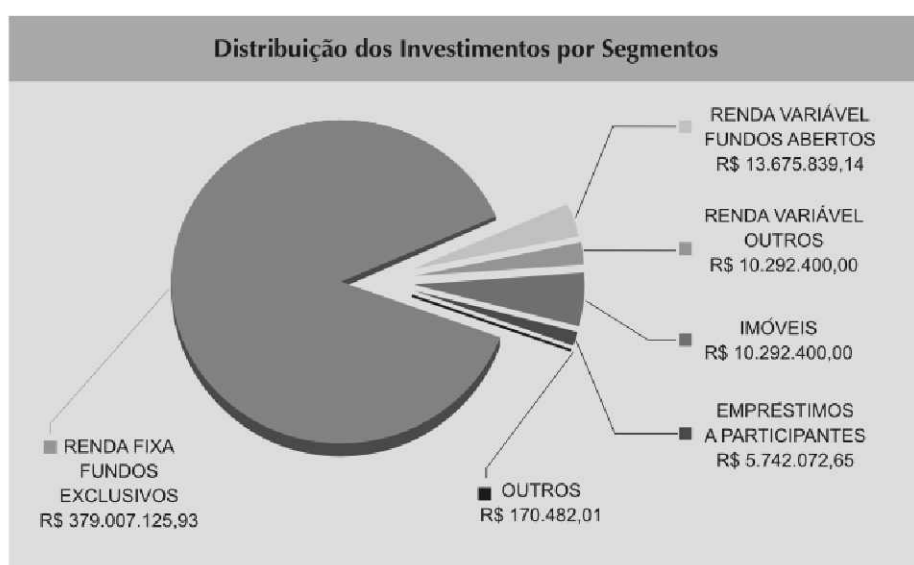
GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos

As diretrizes de alocação de recursos estabelecidas na Política de Investimentos do ISBRE para 2008 foram definidas levando-se em consideração as características do passivo atuarial da Fundação. O compromisso com o pagamento de benefícios de caráter intertemporal impõe restrições importantes à gestão de investimentos, como as decorrentes da necessidade de remunerar os ativos a uma taxa mínima de juros real mais inflação e da limitação quanto à assunção de riscos financeiros (de mercado, de liquidez e de crédito). Ao mesmo tempo, o horizonte de longo prazo das obrigações permite maior flexibilidade na execução de estratégias com maior horizonte de maturidade.

As alocações estratégicas e táticas definidas são executadas com o suporte de modernas técnicas de finanças e de gestão de riscos, a partir da avaliação das condições macroeconômicas prospectivas e das suas implicações para valorização relativa das diferentes classes de ativos nas quais o ISBRE pode investir.

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação vigente, a carteira de investimentos do ISBRE, em 31.12.2008 apresentava, por segmento de aplicação, a composição demonstrada no gráfico a seguir.



Estrutura de Gestão dos Recursos

Os investimentos dos segmentos de Empréstimos a Participantes e de Imóveis são geridos pela própria Fundação. Os recursos financeiros em mercado, que incluem os segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, têm a sua gestão terceirizada, por se entender que instituições financeiras especializadas na gestão de recursos de terceiros oferecem expertise e resultados a uma economicidade inalcançável por uma estrutura própria.

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado adotada pelo ISBRE no segmento de Renda Fixa compreende a utilização de Fundos de Investimento Exclusivos, geridos e administrados pelas seguintes instituições: Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), UBS Pactual Asset Management (UBS Pactual), Votorantim Asset Management (VAM) e Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

No segmento de Renda Variável, a exposição se dá por meio de Fundos de Investimentos em Ações (FIAs) Não Exclusivos. Na categoria Renda Variável – Outros Ativos, cuja alocação é limitada a até 3% dos recursos de investimento, nos termos do art. 21, inciso IV, da Res. CMN 3456, o ISBRE atua por meio de um Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Exclusivo (FICFI), gerido e administrado pela BBM Gestão de Recursos Ltda.

Por fim, buscando promover a segregação de funções, cujo propósito é minimizar a ocorrência de potencial conflito de interesses, os serviços de Administração Fiduciária – que compreendem o controle, o registro e a liquidação das operações financeiras executadas pelos gestores dos Fundos Exclusivos, além dos serviços de custódia e de precificação dos ativos integrantes desses Fundos e das cotas dos Fundos Não Exclusivos – são prestados pelo Banco Itaú S.A.

Estrutura de Gestão dos Recursos

Os investimentos dos segmentos de Empréstimos a Participantes e de Imóveis são geridos pela própria

CARTEIRA EM MERCADO	GESTOR	VALORES (EM R\$)	%
1)SEGMENTO DE RENDA FIXA		379.007.125,93	94,05
1.1) Fundos de Renda Fixa		157.631.519,36	39,12
FI Renda Fixa Charrua	UBS Pactual Asset Management	89.821.136,73	22,29
FI Minuano Rend a Fixa	Votorantim Asset Management	67.810.382,63	16,83
1.2) Fundos Multimercado sem Renda Variável		221.375.606,57	54,93
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banrisul Gestão de Recursos	172.016.018,30	42,69
Credit Suisse Guaianás FIM	Credit Suisse S.A. DTV M	49.359.588,27	12,25
2) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		23.968.239,14	5,95
2.1) Fundos de Investimento em Ações - FIAs		13.675.839,14	3,39
Schroder Performance	Schroder Investment Management	6.926.860,79	1,72
Schroder Alpha Plus	Schroder Investment Management	5.195.396,42	1,29
RB Fundamental FIAs	Fundamental Investimentos Ltda	1.553.581,93	0,39
2.2) Fundos Multimercado (Renda Variável -Outros)		10.292.400,00	2,55
BBM Aymoré FICFI	BBM Gestão de Recursos Ltda	10.294.293,26	2,55
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria		-1.893,26	(0,00)
TOTAL DE ATIVOS		402.975.365,07	100,00
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria		3.367,02	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		402.978.732,09	100,00

O detalhamento da composição das carteiras dos Fundos de Investimento Exclusivos e da Carteira Imobiliária é apresentado semestralmente no Relatório de Gestão de Investimentos, disponível na área reservada aos Participantes no portal do ISBRE no endereço www.isbre.com.br.

Performance dos Investimentos

A performance global dos investimentos no ano de 2008 foi de 13,00%, correspondendo a 107,62% da meta anual estabelecida na Política de Investimentos. Tal desempenho tornou possível a absorção do encargo atuarial do período de 12,87% (INPC + 6%a.a.).

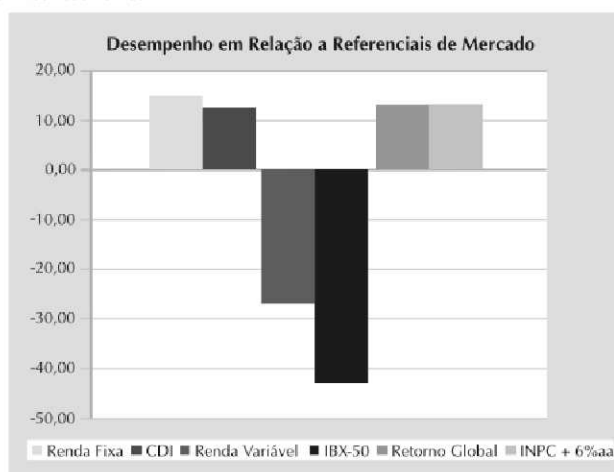
As contribuições de cada segmento de aplicação para o resultado global são demonstradas na tabela a seguir:

SEGMENTO	PARTICIPAÇÃO	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO	POLÍTICA APROVADA (LIMITE MÁXIMO)	LIMITES LEGAIS
RENDA FIXA	87,86	15,43	13,56	100	100
RENDA VARIÁVEL	5,56	-25,13	-1,40	15	50
IMÓVEIS	5,21	11,24	0,59	7	11
EMPRÉSTIMOS	1,33	17,30	0,23	3	15
OUTROS	0,04	55,18	0,02		
TOTAL	100,00		13,00		

Resultados Acumulados em 2008: INPC: 6,48%; INPC+6: 12,87%; CDI: 12,38%; IBX50-M: -43,25%; IMA-GERAL: 12,69%

Desempenho Comparado com Referenciais de Mercado

Comparando o desempenho dos segmentos e carteiras de investimentos financeiros com referenciais de mercado, o ISBRE alcançou os seguintes resultados:



Despesas com a Administração de Recursos

No decorrer do ano, a Fundação realizou as seguintes despesas relacionadas à administração dos recursos:

DESPESAS DE INVESTIMENTO	1º SEM /08	2º SEM /08	ANO
Pessoal e Encargos	358.949,26	396.946,73	755.895,99
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	95.342,68	100.952,37	196.295,05
Despesas Gerais (aluguel, luz, viagens e outros)	63.007,10	72.139,73	135.146,83
Amortizações e Depreciações	8.555,85	10.225,71	18.781,56
(A) Total das Despesas	525.854,89	580.264,54	1.106.119,43
(B) Total Recursos Garantidores sob Gestão (Média no período)	423.496.634,33	428.310.401,17	425.903.517,75
(C) Custo da Gestão dos Ativos (A/B)	0,12%	0,14%	0,26%

Política de Investimentos para 2009

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos e sob o competente escrutínio do Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 03.12.2008 e divulgada aos Participantes na área reservada do portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2009, a seguir sumarizada, manterá a estratégia conservadora de exposição a riscos na alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais.

Segmento	Investimento	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	87,50%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	15%	7,50%
Renda Variável - Outros	FICFI Multimercado	3%	3,00%
Imóveis	Imóveis para Renda	7%	3,50%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3% (PB I) e 15% (PBII)	1,50%

Obs.: FIA – Fundo de Investimento em Ações; FI – Fundo de Investimento; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento.

Na composição das carteiras dos Fundos Exclusivos serão observados os seguintes limites de diversificação na alocação de ativos.

Descrição	Ativos de Renda Fixa		
	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
FIDC (Limite global)	2,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os ratings mínimos aplicáveis à avaliação baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

RATING MÍNIMO	AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO		
	STANDARD&POORS	MOODYS	FITCHRATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	Aa1, Aa2, Aa3	A+, A, A-

No segmento de imóveis serão admitidos os seguintes limites de concentração por imóvel e em Fundo de Investimento Imobiliário:

Imóveis	
Por Imóvel: 4,00%	PL do Fundo: 10,00%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$ mil

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	17	14	EXIGÍVEL OPERACIONAL	780	487
REALIZÁVEL	439.859	416.965	Programa Previdencial	410	178
Programa Previdencial	8.423	7.914	Programa Administrativo	368	307
Programa Administrativo	63	38	Programa de Investimentos	2	2
Programa de Investimentos	431.373	409.013	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.861	9.785
Renda Fixa	379.007	380.046	Programa Previdencial	4.808	9.685
Renda Variável	24.139	120	Programa Administrativo	53	100
Investimentos Imobiliários	22.485	23.714	EXIGÍVEL ATUARIAL	408.014	374.534
Operações com Participantes	5.742	5.133	Provisões Matemáticas	408.014	374.534
PERMANENTE	127	106	Benefícios Concedidos	251.537	213.004
Imobilizado	73	59	Benefícios a Conceder	156.477	161.530
Diferido	54	47	RESERVAS E FUNDOS	26.348	32.279
TOTAL DO ATIVO	440.003	417.085	Resultados Realizados	14.502	19.966
			Superávit Técnico	14.502	19.966
			Fundos	11.846	12.313
			Programa Previdencial	5.505	7.383
			Programa Administrativo	6.341	4.930
			TOTAL DO PASSIVO	440.003	417.085

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PROGRAMA PREVIDENCIAL		
Recursos Coletados	14.749	12.242
Recursos Utilizados	(24.624)	(20.652)
Constituição/Reversões de Contingências	(5.229)	(2.588)
Custeio Administrativo	(1.992)	(1.701)
Resultado dos Investimentos Previdenciais	43.234	49.970
Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(33.480)	(26.905)
Constituições/Reversões de Fundos	1.878	(5.524)
(=) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(5.464)	4.842
PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
Recursos Oriundos de Outros Programas	3.098	2.661
Despesas	(2.299)	(2.087)
Constituição/Reversão Contingência	(9)	(128)
Resultado dos Investimentos Administrativos	621	597
(=) Constituição/Reversão de Fundos	1.411	1.043
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
Renda Fixa	47.554	47.957
Renda Variável	(6.003)	34
Investimentos Imobiliários	2.571	2.877
Operações com Participantes	840	707
Relacionados com Disponível	(1)	(48)
Custeio Administrativo	(1.106)	(960)
Resultados Transferidos para Outros Programas	(43.855)	(50.567)
(=) Constituição/Reversão de Fundos	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS
Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>	<u>(20.259)</u>	<u>(9.678)</u>
ENTRADAS	14.460	12.304
Recursos Coletados	14.749	12.242
Recursos a Receber	(453)	(85)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	164	147
SAÍDAS	(34.719)	(21.982)
Recursos Utilizados	(24.625)	(20.652)
Utilizações a Pagar	12	(1)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	-
Constituições/Reversões de Contingências	(10.106)	(1.329)
<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>	<u>(2.340)</u>	<u>(2.174)</u>
ENTRADAS	-	-
Receitas	-	-
SAÍDAS	(2.340)	(2.174)
Despesas	(2.299)	(2.087)
Despesas a Pagar	61	34
Despesas Futuras	(2)	(8)
Permanente	(21)	(8)
Outros Realizáveis/Exigibilidades	(23)	(1)
Constituições/Reversões de Contingências	(56)	(104)
<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>	<u>22.602</u>	<u>11.814</u>
Renda Fixa	48.592	7.053
Renda Variável	(30.021)	16
Investimentos Imobiliários	3.800	4.366
Operações com Participantes	233	426
Relacionados com Disponível	(1)	(48)
Relacionados com Tributos	(1)	1
(=) Fluxo nas Disponibilidades	3	(38)
(=) Variação nas Disponibilidades	3	(38)

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
PLANO I - BENEFÍCIO DEFINIDO
Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TOTAL</u>	<u>432.956.577,16</u>	<u>412.362.810,79</u>	<u>TOTAL</u>	<u>432.956.577,16</u>	<u>412.362.810,79</u>
DISPONÍVEL	16.632,21	14.181,81	CONTAS A PAGAR	773.977,93	483.279,08
CONTAS A RECEBER	8.485.420,19	7.951.506,72	Programa Previdencial	409.671,09	178.276,99
Programa Previdencial	8.423.314,80	7.914.186,56	Programa Administrativo	361.964,39	303.286,88
Programa Administrativo	62.105,39	37.320,16	Programa de Investimentos	2.342,45	1.715,21
APLICAÇÕES	424.329.702,18	404.291.964,66	VALORES EM LITÍGIO	4.860.245,01	9.783.942,34
Renda Fixa	373.112.975,19	375.659.695,75	COMPROMISSOS COM		
Renda Variável	23.763.326,46	118.344,51	PARTICIP. E ASSISTIDOS	402.676.705,23	370.956.859,45
Imóveis	22.135.717,35	23.440.240,93	FUNDOS	10.144.152,64	11.173.020,56
Empréstimos	5.317.683,18	5.073.683,47	EQUILÍBRIO TÉCNICO	14.501.496,35	19.965.709,36
BENS DE USO PRÓPRIO	124.822,58	105.157,60	Resultados Realizados	14.501.496,35	19.965.709,36
			Superávit Técnico	14.501.496,35	19.965.709,36

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PLANO I - BENEFÍCIO DEFINIDO
 Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	12.959.228,66	11.015.152,22
(-) BENEFÍCIOS	(24.536.406,18)	(20.561.645,02)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	44.310.047,62	51.015.680,28
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	32.732.870,10	41.469.187,48
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.268.015,21)	(2.066.217,13)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(5.238.090,04)	(2.714.569,20)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(31.719.845,78)	(25.932.130,88)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	1.028.867,92	(6.259.113,74)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(5.464.213,01)	4.497.156,53

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A performance dos investimentos permitiu ao Plano de Benefícios I - BD a obtenção de rentabilidade anual de 13%, equivalente à rentabilidade anual líquida de 6,12%, após descontado o INPC acumulado no ano de 6,48%.

Os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas evoluíram de R\$ 402.095 mil, em 31/12/2007, para R\$ 427.322 mil no final do exercício atual, correspondendo um crescimento de 6,27%. Esta variação, inferior à performance dos investimentos, decorre do fluxo negativo do plano, receitas de contribuição de R\$ 12.959 mil e pagamento de benefícios de R\$ 24.536 mil.

Apesar do bom desempenho dos investimentos, o plano apresentou déficit de R\$ 5.464 mil no exercício, devido à atualização de provisão para contingências judiciais relativas a ações movidas por Participantes (valor adicional: R\$ 5.238 mil).

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimento, foi equivalente a 0,54% do patrimônio médio do Plano.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
PLANO II - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
 Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	7.046.833,53	4.722.403,27	TOTAL	7.046.833,53	4.722.403,27
DISPONÍVEL	262,72	165,73	CONTAS A PAGAR	6.346,55	3.865,64
CONTAS A RECEBER	981,09	546,19	Programa Previdencial	628,52	304,48
Programa Previdencial	-	110,44	Programa Administrativo	5.718,03	3.541,14
Programa Administrativo	981,09	435,75	Programa de Investimentos	-	20,02
APLICAÇÕES	7.043.617,87	4.720.463,54	VALORES EM LITÍGIO	827,99	1.154,11
Renda Fixa	5.894.150,74	4.386.156,66	PARTICIP. E ASSISTIDOS	5.337.694,25	3.577.554,98
Renda Variável	375.394,69	1.381,78	FUNDOS	1.701.422,53	1.139.828,54
Imóveis	349.682,97	273.685,39	EQUILÍBRIO TÉCNICO	542,21	-
Empréstimos	424.389,47	59.239,71	Resultados Realizados	542,21	-
BENS DE USO PRÓPRIO	1.971,85	1.227,81	Superávit/Déficit Técnico	542,21	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PLANO II - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
 Em 31 de dezembro de 2008 e 2007

em R\$

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES	1.789.874,67	1.227.157,22
(-) BENEFÍCIOS	(88.257,37)	(90.874,82)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	651.603,55	511.828,08
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	2.353.220,85	1.648.110,48
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(30.849,03)	(20.734,48)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(96,35)	(1.427,28)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(1.760.139,27)	(973.748,85)
(-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(561.593,99)	(307.797,28)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	542,21	344.402,59

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A performance dos investimentos permitiu ao Plano de Benefícios II - CD a obtenção de rentabilidade anual bruta de 12,2%.

Os recursos do Plano evoluíram de R\$ 4.717 mil, em 31/12/2007, para R\$ 7.040 mil no final do exercício atual, o que corresponde a um crescimento de 49,2%, tendo sido registrado equilíbrio técnico. Este crescimento decorre do ingresso de novos participantes no plano, no exercício, das contribuições dos participantes e patrocinadoras (R\$ 1.790 mil) e pagamento de benefícios (R\$ 88 mil).

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O custo global de gestão, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimento, foi equivalente a 0,54% do patrimônio médio do Plano.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nos. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas expedidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

A entidade tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial aos grupos familiares dos empregados vinculados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e da própria Fundação, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ela administrados.

Para a consecução desse objetivo, a Fundação dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido - BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável - CV.

Em 31 de dezembro de 2008, o Plano de Benefícios I possui 232 Participantes Ativos (2007: 266) e 354 (2007: 323) Participantes Assistidos e o Plano de Benefícios II é integrado por 205 (2007: 172) Participantes Ativos e 1 (2007: 1) Participante Assistido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do ISBRE foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - (CGPC) e pela Secretaria da Previdência Complementar (SPC), dentre estas, em especial, a Resolução CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº. 10, de 5 de julho de 2002. São compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, além das Demonstrações Patrimoniais e de Resultados dos Planos I (BD) e II (CV).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A escrituração contábil está de acordo com as normas legais de registro e manutenção dos livros obrigatórios e auxiliares.

3.2 APURAÇÃO DE RESULTADO

As receitas e despesas são registradas segundo o regime de competência, conforme estabelecem as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3.3 REALIZÁVEL - PROGRAMA PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de Reais	
	2008	2007
Déficit Contratado	8.133	7.679
Outros realizáveis	290	235
	8.423	7.914

O Déficit Contratado corresponde ao Contrato para Cobertura Parcial de Déficit Técnico firmado em 2000 entre o BRDE e a Fundação, cujo propósito foi o de amortizar um terço do Déficit Técnico apurado na Avaliação Atuarial de 30 de junho de 2000, com amortização programada para 240 meses e encargos correspondentes à variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) e juros de 6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo deste contrato é de R\$ 8.133 mil, a ser pago em 143 parcelas mensais remanescentes. O contrato vem sendo cumprido nas condições pactuadas.

1.1 REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de Reais	
	2008	2007
Renda Fixa	379.007	380.046
Aplicações em Instituições Financeiras	380.735	381.774
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
Renda Variável	24.139	120
Mercado de ações	171	120
Fundos de Investimentos de Ações	13.676	-
Outros Investimentos em Renda Variável	10.292	-
Investimentos Imobiliários	22.485	23.714
Edificações Locadas ao Patrocinador	2.535	995
Edificações Locadas a Terceiros	9.949	11.140
Bens Móveis (Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Instalações em Geral)	836	836
(-) Depreciação Acumulada	(831)	(731)
Aluguéis a Receber	666	32
(-) Provisão para perdas	(471)	(6)
Alienação de Investimentos Imobiliários	9.081	10.664
(-) Provisão para perdas	(106)	(42)
Outros Investimentos Imobiliários	826	826
Operações com Participantes	5.742	5.133
	431.373	409.013

3.4.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado adotada pelo ISBRE no segmento de Renda Fixa compreende a utilização de Fundos de Investimento Exclusivos, geridos e administrados pelas seguintes instituições: Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul Guarani FI Multimercado), UBS Pactual Asset Management (FI Renda Fixa Charrua), Votorantim Asset Management (FI Mineano Renda Fixa) e Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil S.A. (Credit Suisse Guaianás FIM).

No segmento de Renda Variável - Carteira de Ações em Mercado, a exposição se dá por meio de Fundos de Investimentos em Ações (FIAs) não exclusivos. Atualmente o ISBRE é cotista dos Fundos Schroder Alpha Plus FI em Ações e Schroder Performance FI em Ações, administrados e geridos pela Schroder Investment Management Brasil DTVM, e Rio Bravo Fundamental FIA, gerido pela Fundamental Investimentos Ltda, e administrado pela BEM DTVM. Na categoria Renda Variável - Outros Ativos, cuja alocação é limitada a até 3% dos recursos de investimento, nos termos do art. 21, inciso IV, da Resolução CMN 3456, o ISBRE atua por meio de um Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Exclusivo (BBM Aymoré FICFI Multimercado), gerido e administrado pela BBM Gestão de Recursos Ltda

O atual Administrador Fiduciário da Fundação é o Banco Itaú S.A., o qual é também responsável pela elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI), pelo cálculo da Divergência Não Planejada (DNP) e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa, de Renda Variável, de Imóveis e de Empréstimos a Participantes.

3.4.2 Renda Fixa

Observando exigências do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (Resolução CGPC nº. 22, de 25 de setembro de 2006) e as determinações do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº. 3.456, de 01 de junho de 2007), além da Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o exercício, são apresentados os valores dos investimentos em 31 de dezembro de 2008, classificados de acordo com os prazos de vencimento.

Tipo de título	Em milhares de Reais		
	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	22.891	26.087	acima de 360 dias
LTN	23.956	24.587	até 360 dias
ELPL – Termo RV	783	856	até 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	22.675	22.686	sem prazo
LTN	10.570	11.145	acima de 360 dias
NT N-B	230.744	241.079	acima de 360 dias
NTN -F	1.820	1.977	acima de 360 dias
	313.439	328.417	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN	26.679	32.782	acima de 360 dias
NTN	13.653	17.804	até 360 dias
	40.332	50.586	
Contas a Pagar/Receber		3	
Tesouraria		1	
Total Renda Fixa	353.771	379.007	

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2008, o valor de avaliação a preço de mercado, desses mesmos títulos, é de R\$ 51.928 mil.

Em 27 de agosto de 2008, foi extinto o Fundo Exclusivo Banrisul Banregional FICFI Multimercado. Esse Fundo de Investimento, por ter a maior parte de seus recursos alocada em Renda Fixa (R\$ 357.211 mil em 2007), mesmo tendo parte de seu lastro em Renda Variável (R\$ 22.843 mil em 2007), de acordo com as normas vigentes estava classificado na contabilidade integralmente como Renda Fixa. Com a extinção do FICFI, o montante nele alocado passou a ser registrado diretamente nas categorias Renda Fixa e Renda Variável.

3.4.2.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Aplicações Financeiras

Registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece os itens 30 e 31 do Anexo E da Resolução do CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002.

3.4.3 Renda Variável

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações sem negociação em Bolsa de Valores. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos da Fundação, são feitas via Fundos de Investimento.

Em 21 de julho de 2008, foi constituído o BBM Aymoré FICFI Multimercado, destinado à alocação de até 3% dos recursos de investimento classificados na categoria Renda Variável – Outros Ativos, nos termos do art. 21, inciso IV, da Res. 3456 do CMN, tendo a Carteira Própria da Fundação como cotista exclusivo. Com o encerramento do Banrisul Banregional FICFI Multimercado, em 27 de agosto de 2008, as cotas dos fundos Schroders Alpha Plus FIA e Schroders Performance FIA foram transferidas para a Carteira Própria da Fundação. Em 12 de setembro de 2008 a Fundação passou também a ser cotista do RB Fundamental FIA.

Tipo de título	Em milhares de Reais		
	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Faixas de vencimento
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações – Mercado à Vista	27	171	até 360 dias
Fundo de Ações - FIA	10.769	13.676	até 360 dias
Fundos de Investimento Multimercado	10.000	10.292	até 360 dias
Total Renda Variável	20.796	24.139	

3.4.4 Investimentos Imobiliários

3.4.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações. Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos laudos de avaliação.

3.4.4.2 Reavaliações

Em fevereiro de 2008 foram registrados os valores de reavaliação relativa aos imóveis da Rua Uruguai, 155 – salas 111 a 117 e Rua Uruguai, 167 – loja e s/ loja e em dezembro de 2008 foram registrados os valores de reavaliação dos imóveis da Rua Mariante, 288 – salas 806, 807 e 1402 e boxes 02, 03 e 75 e Rua Uruguai, 155 – 12º andar, ambas as avaliações procedidas por empresa especializada, Engebé – Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda. Todos os imóveis descritos estão localizados em Porto Alegre, RS.

Descrição	Em milhares de Reais		
	Valor da reavaliação	Valor contábil	Varição
Mariante, 288 – salas 806 e 807 boxes 02 e 03	200	195	5
Mariante, 288 – sala 1402 box 75	190	167	23
Uruguai, 155 – salas 111 a 117	195	179	16
Uruguai, 155 – 12º andar	1.255	911	344
Uruguai, 167 – loja, s/ loja	1.085	842	243
	2.925	2.294	631

3.4.4.3 Alienação de Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda.

Durante o exercício de 2008, foram alienados os imóveis localizados na Rua Plínio Brasil Milano, 805, salas 410 e box 73, em Porto Alegre.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de Reais	
		2008	2007
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	8.685	8.277
Auxiliadora, 215	IGP -M + juros simples de 10% ao ano	205	329
Plínio B. Milano, 1155	IGP -M + juros de 6,75 % ao ano	28	298
2,563% do Beiramar Shopping	INPC + juros de 10% ao ano	-	1.111
Sete de Setembro, 713/721	INPC + juros de 8% ao ano	-	383
Galeria do Rosário – 2º andar	IGP -M + juros de 6% ao ano	43	43
Demais imóveis alienados	INPC ou IGP -M + juros	121	223
		9.082	10.664

3.4.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Investimentos Imobiliários

Registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda relativo a venda de imóveis a prazo, conforme estabelece os itens 30 e 31 do Anexo E da Resolução do CGPC nº. 05, de 30 de janeiro de 2002.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de Reais	
		2008	2007
Galeria do Rosário – 2º andar	IGP -M + juros de 6% ao ano	(43)	(43)
Vig. José Inácio, 250 – 2º andar	INPC + juros de 6% ao ano	(64)	-
Av. São Luiz, 77	Aluguel	(465)	-
		(572)	(43)

3.4.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistedos, cujas parcelas são descontadas mensalmente nas folhas de

Indexador	Juros	Em milhares de Reais	
		2008	2007
Selic	3%	28	161
Índice Geral de Preço de Mercado – IGP – M	10%	132	514
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	521	1.371
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	1.505	3.087
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	3.556	-
		5.742	5.133

3.5 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas no quadro abaixo.

O Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

Descrição	Taxas de depreciação - % a.a.	Em milhares de Reais	
		2008	2007
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	4	4
Máquinas e Equipamentos	10%	11	12
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	56	41
		73	59
Diferido			
Software	20%	49	45
Benefeitorias	20%	5	2
		54	47
		127	106

3.6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

3.6.1 Programa Previdencial

Registra o saldo de pecúlio pelo óbito de participante ocorrido em novembro de 2008 e não pago dentro do exercício e da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício que será recolhido em janeiro de 2009.

3.6.2 Programa Administrativo

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes à folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2008.

3.7 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Contempla valores de ações judiciais da área previdencial em andamento que, no entendimento da Consultoria Jurídica da Fundação, representam risco de perda provável. Para cada uma das ações foi atribuído percentual de provável perda e calculada a necessidade de provisão considerando, nas ações dos Participantes, como parcelas dedutivas: i) o montante esperado das contribuições progressas sobre o benefício adicional conseguido pelo Participante, já que isto é postulado em todas as ações dessa natureza; e, ii) as correspondentes contribuições da Patrocinadora.

Atualizada para 31 de dezembro de 2008, a provisão, integralmente relativa ao Plano de Benefícios I, monta a R\$ 5.553 mil (2007: R\$ 10.928 mil). Deste total, deduzem-se ainda depósitos judiciais no valor de R\$ 746 mil (2007: R\$ 1.243 mil). Embora o saldo das provisões tenha diminuído, houve no exercício, constituição de provisões contingenciais no valor de R\$ 5.229 mil. Isso decorre pela liquidação de quatro ações pelo valor de R\$ 10.604 mil.

Na área administrativa foi provisionado o valor de R\$ 30 mil (2007: R\$ 100 mil) referente a ação judicial movida por ex-funcionário da Fundação e R\$ 79 mil referentes a Ação Judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS. Com respeito a essa última ação, por cautela a Fundação optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2007, os valores depositados em juízo somam R\$ 56 mil.

3.8 EXIGÍVEL ATUARIAL – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas são constituídas sob bases atuariais e encontram-se fundamentadas em Laudo Técnico específico, emitido pela empresa P & D Consultoria Empresarial Ltda, o qual faz parte das Demonstrações Contábeis.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Descrição	Em milhares de Reais	
	2008	2007
Plano I – Benefício Definido		
Exigível Atuarial		
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	310.684	263.087
(-) Contribuições dos Patrocinadores s/Benefícios	(29.692)	(25.156)
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(29.692)	(25.156)
	251.300	212.775
Benefícios a Conceder		
Benefícios Plano com Geração Atual	193.895	203.716
(-) Contribuição do Patrocinador da Geração Atual	(21.259)	(22.767)
(-) Outras Contrib. Geração Atual	(21.259)	(22.767)
	151.377	158.182
	402.677	370.957
Plano II – Contribuição Variável		
Exigível Atuarial		
Benefícios Concedidos		
Benefícios do Plano	238	229
	238	229
Benefícios a Conceder		
Benefícios Programáveis	5.099	3.348
	5.099	3.348
	5.337	3.577
Total Consolidado (PB I + PB II)	408.014	374.534

3.9 RESERVAS E FUNDOS

3.9.1 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I, em 31 de dezembro de 2008, totalizou R\$ 14.502 mil (2007: R\$ 19.966 mil). A ocorrência de déficit no exercício foi consequência de provisão de contingências, haja vista que a rentabilidade dos ativos superou a meta atuarial estabelecida (INPC + 6% a.a.).

O Plano de Benefícios II por ter seu passivo atuarial, em sua quase totalidade, corrigido pela variação dos ativos, apresentou Equilíbrio Técnico.

3.9.2 Fundos

3.9.2.1 Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2007, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 2008, foi constituído Fundo Previdencial para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Oscilação de Risco e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro abaixo demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	Em milhares de Reais					
	2008			2007		
	Plano I - BD	Plano II - CD	Consolidado	Plano I - BD	Plano II - CD	Consolidado
Fundo Previdencial	4.818	687	5.505	6.921	462	7.383
Cobertura p/ Oscilação de Risco	-	64	64	-	82	82
Benefício de Risco	-	623	623	-	380	380
Fundo Previdencial	4.818	-	4.818	6.921	-	6.921

3.9.2.2 Fundo Administrativo

A Despesa Administrativa Previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 15% destas. Havendo sobras, entre os 15% da receita de contribuições e a despesa com a administração previdencial realizada, as mesmas são contabilizadas como Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2008, acumula um saldo de R\$ 6.341 mil (2007: R\$ 4.930 mil). Os recursos desse Fundo são utilizados para a cobertura de eventuais déficits de custeio, que ocorrem quando, em um determinado mês, a despesa com a administração previdencial realizada excede o montante de 15% da receita contributiva.

4. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretária e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

Serviços de Terceiros

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

5. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Para custear as despesas administrativas previdenciais, foram transferidos do Programa Previdencial para o Administrativo R\$ 1.992 mil (2007: 1.701 mil), referente à sobrecarga administrativa de 15% das contribuições normais.

Depois de realizada a transferência de R\$ 1.106 mil (2007: R\$ 960 mil) para o custeio da gestão dos investimentos, o resultado do Programa de Investimentos – R\$ 43.855 mil (2007: R\$ 50.567 mil) – foi segregado e transferido proporcionalmente aos recursos aplicados, sendo R\$ 621 mil (2007: R\$ 597 mil) para o Programa Administrativo e R\$ 43.234 mil (2007: R\$ 49.970 mil) para o Programa Previdencial.

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial – déficit de R\$ 5.464 mil (2007: superávit de R\$ 4.842 mil), e Programa Administrativo – R\$ 1.411 mil (2007: R\$ 1.043 mil), estes foram transferidos para o Passivo nas contas Superávit Técnico e Fundo Administrativo, respectivamente.

6. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 35 do anexo à Resolução 3.456, de 01 de junho de 2007, devem ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios), para os demais ativos a segregação contábil dos planos foi feita utilizando-se o método “Unifundo”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano.

A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

Descrição	Em milhares de Reais					
	2008			2007		
	Plano I - BD	Plano II - CD	Consolidado	Plano I - BD	Plano II - CD	Consolidado
Ativo						
Disponível						
Realizável	17	-	17	14	-	14
Previdencial	8.423	-	8.423	7.914	-	7.914
Administrativo	62	1	63	38	-	38
Investimentos	424.329	7.044	431.373	404.292	4.721	409.013
	432.814	7.045	439.859	412.244	4.721	416.965
Permanente	125	2	127	105	1	105
Total do Ativo	432.956	7.047	440.003	412.363	4.722	417.085
Passivo						
Exigível Operacional						
Previdencial	410	-	410	178	-	178
Administrativo	362	6	368	303	4	307
Investimentos	2	-	2	2	-	2
	774	6	780	483	4	487
Exigível Contingencial						
Previdencial	4.808	-	4.808	9.685	-	9.685
Administrativo	52	1	53	99	1	100
	4.860	1	4.861	9.784	1	9.785
Provisões Matemáticas						
Benefícios Concedidos						
Benefícios do Plano	310.683	238	310.921	263.087	229	263.316
Contribuições do Plano	(59.384)	-	(59.384)	(50.312)	-	(50.312)
	251.299	238	251.537	212.775	229	
Benefícios a Conceder						
Benefícios do Plano	193.895	-	193.895	203.716	-	203.716
Contribuições do Plano	(42.518)	-	(42.518)	(45.534)	-	(45.534)
Benefícios de Risco	-	-	-	-	-	-
Benef. Programáveis	-	5.100	5.100	-	3.348	3.348
	151.377	5.100	156.477	158.182	3.348	161.530
Reservas e Fundos						
Superávit/Déficit Acumulado	14.502	-	14.502	19.966	-	19.966
Fundo Previdencial	4.818	687	5.505	6.921	462	7.383
Fundo Administrativo	5.326	1.015	6.341	4.252	678	
	24.646	1.702	26.348	31.139	1.140	32.279
Total do Passivo	432.956	7.047	440.003	412.363	4.722	417.085

PARECERES

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/06/2008, fornecida pela entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2008, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios I:

- 238 Participantes ativos, sendo 141 do sexo masculino e 97 do sexo feminino; e
- 359 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma:
 - Aposentados por Tempo de Contribuição ou por Idade: 277
 - Aposentados por Invalidez: 15
 - Pensionistas: 67

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas

- Taxa Real de Juros: 6% a.a.
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios: não considerado
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Estrutura Familiar: ajuste da função Hx, realizado considerando a população de Participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em junho de 2007 (ano base anterior), não houve qualquer tipo de alteração nas hipóteses/premissas atuariais utilizadas.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2008, mais precisamente na data base de 31/12/2008, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas (exigível atuarial) e dos Fundos dos programas previdencial e administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Ativo Líquido do Plano: R\$ 417.178.201,58
- Exigível Atuarial/Provisões Matemáticas (em R\$):
 - 1. Benefícios Concedidos.....251.299.598,87
 - 1.1 Benefícios do Plano.....310.683.723,47
 - 1.2 (-) Contribuições do Plano.....59.384.124,60
 - 2. Benefícios a Conceder.....151.377.106,36
 - 2.1 Benefícios do Plano.....193.895.213,94
 - 2.2 (-) Contribuições do Plano.....42.518.107,58

- Fundos (em R\$):
 1. Fundo Previdencial..... 4.818.119,85
 2. Fundo Administrativo.....5.326.032,79
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 14.501.496,35 (3,47% do Ativo Líquido do Plano)

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores no exercício de 2008 foi de 13,00%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano de Benefícios I é equivalente a variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 6% a.a.. Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,87%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período superou a meta anual atuarial em 0,13 ponto percentual. Desta forma, os resultados obtidos se situaram num patamar acima do mínimo necessário, podendo-se considerar que os mesmos não comprometem o equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido durante o exercício de 2009, o qual se encontra discriminado abaixo:

- Participantes ativos: 17,00% sobre o valor da Suplementação Projetada;
- Participantes assistidos: 12,15% sobre o valor da Suplementação; e
- Patrocinadoras: paritária (17,00% para ativos e 12,15% para assistidos).

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas incorridas no período se situam abaixo do limite legal de 15% das contribuições vertidas ao plano. De outra parte, o ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios I. Em 31/12/2008, o saldo do referido fundo totalizava R\$ 5.326.032,79.

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2008, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/06/2008, foi constituído o "Fundo Previdencial" para o Plano de Benefícios I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 743 – CPF 467563020/00

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II gerido pelo ISBRE – Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 19 do anexo “e” da Resolução CGPC nº 05/2002, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/06/2008, fornecida pela entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2008, encontravam-se cadastrados no Plano de Benefícios II:

- 205 Participantes ativos; e
- 3 Participantes assistidos, todos pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o Plano de Benefícios II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses/Premissas Atuariais adotadas

- Taxa Real de Juros: 6% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios: não considerado
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Estrutura Familiar: ajuste da função Hx, realizado considerando a população de Participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Alterações nas Hipóteses/Premissas Atuariais

Comparativamente à avaliação atuarial realizada em junho de 2007 (ano base anterior), não houve qualquer tipo de alteração nas hipóteses/premissas atuariais utilizadas.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2008, mais precisamente na data base de 31/12/2008, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos decorrentes dos programas previdencial e administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Ativo Líquido do Plano: R\$ 5.338.236,46
- Exigível Atuarial / Provisões Matemáticas (em R\$):
 - 1. Benefícios Concedidos..... 237.910,76
 - 1.1 Benefícios do Plano..... 237.910,76
 - 1.2 (-) Contribuições do Plano..... 0,00
 - 2. Benefícios a Conceder..... 5.099.783,49
 - 2.1 Benefícios Programáveis..... 5.099.783,49
- Fundos (em R\$):
 - 1. Previdencial..... 686.788,19
 - 1.1 Fundo de Cobertura dos Benefícios de Risco..... 623.349,17
 - 1.2 Fundo de Oscilação de Riscos..... 63.439,02
 - 2. Administrativo..... 1.014.634,34
- Superávit Técnico Acumulado:..... R\$ 542,21

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores no exercício de 2008 foi de 12,20%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco do Plano de Benefícios II é equivalente a variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE) acrescida de 6% a.a.. Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,87%. Desta forma, pode-se constatar que a rentabilidade auferida pelos ativos garantidores do PB-II se situou 0,67 (zero vírgula sessenta e sete) ponto percentual abaixo da meta prevista para o referido plano. O resultado apresentado, que representa o atingimento de 94,79% da meta anual atuarial, não compromete o equilíbrio financeiro-atuarial do plano.

6. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido durante o exercício de 2009, o qual se encontra discriminado abaixo:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 1,62% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FUNDO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas incorridas no período se situam abaixo do limite legal de 15% das contribuições vertidas ao plano. De outra parte, o ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o Plano de Benefícios II. Em 31/12/2008, o saldo do referido fundo totalizava R\$ 1.014.634,34.

8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2008, foi constituído o “Fundo de Oscilação de Riscos” com base nas regras e disposições regulamentares. Não obstante, registra-se o fato de que no mês de dezembro de 2008, em virtude de ajustes no critério de conversão dos valores em cotas, o saldo do referido Fundo foi revertido no montante de R\$ 60.118,25. O montante revertido corresponde ao total de 21.309,78779 cotas que, em dezembro de 2007, haviam sido transferidas para o Fundo em virtude da apuração de superávit naquele exercício.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 743 – CPF 467563020/00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadora e Participantes
Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE
Porto Alegre - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações de resultado e do fluxo financeiro do exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 18 de janeiro de 2008.

5. A Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE e as demais entidades fechadas de previdência complementar adotam, para seus registros contábeis, as normas e procedimentos estabelecidos na Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores. As novas práticas contábeis oriundas da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para convergência com as normas internacionais de contabilidade serão implementadas a partir de 1º de janeiro de 2010, nos termos da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2009.

Bolívar Charneski
Contador
CRC-RS 19.848

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2008 e demais demonstrativos financeiros, embasados no Parecer da Consultoria Atuarial P&D Consultoria Empresarial Ltda e no Relatório e Parecer dos Auditores Independentes CHARNESKI AUDITORES, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Instituição, declaram que os elementos oferecidos representam com fidelidade a posição econômica e financeira do ISBRE em 31.12.2008, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 05 de março de 2009.

ELOI BEVILACQUA
Presidente

RICARDO RIZZI
Conselheiro

FÁBIO AUGUSTO SPRINGER
Conselheiro

MARCONE SOUZA MELO
Conselheiro

CLÊNIO C. DA SILVEIRA
Conselheiro

IRACI ANTONIO BRUNETTO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 25, item VII, dos Estatutos Sociais, com base nos Pareceres do Conselho Fiscal do ISBRE e da Consultoria Atuarial, P&D Consultoria Empresarial Ltda, bem como no Relatório e Parecer dos Auditores Independentes CHARNESKI AUDITORES, aprovam o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados, a Demonstração do Fluxo Financeiro e a Prestação de Contas do Exercício Social de 2008.

Porto Alegre, 10 de março de 2009.

LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Presidente do Conselho

LISIANE M. ASTARITA DE LIMAS
Conselheira

CLAUDINE FURTADO ANCHITE
Conselheira

ITAGIBE BARBOSA LOHMANN
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO CHAVES FRANCO
Conselheiro

MARNE DE BEM VIDAL
Conselheiro